

Sul América Odontológico S.A.

CNPJ 11.973.134/0001-05



Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Odontológico S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2014, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 344, emitida em 20/12/2013. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, não podemos considerá-las como tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **1. Conjuntura econômica:** Em 2014, a economia brasileira apresentou baixo nível de crescimento e a demanda doméstica perdeu força, com queda no consumo e retração nos investimentos. Esse contexto de atividade enfraquecida refletiu a piora dos fundamentos da economia, principalmente inflação ascendente e um quadro fiscal que requer atenção. Apesar das circunstâncias adversas, a renda e o nível de emprego apresentaram melhora em relação ao ano de 2013. A economia mundial também foi caracterizada por crescimento fraco, notadamente nos países emergentes, observando-se nos países desenvolvidos desempenho melhor, em especial nos EUA. A demanda externa contribuiu pouco para o crescimento, refletindo a queda nas exportações de produtos básicos e manufaturados. No caso dos produtos básicos, houve forte queda nos preços dos commodities no segundo semestre, agravada pelos efeitos da desaceleração da economia chinesa. No caso dos produtos manufaturados, verificou-se piora em parceiros comerciais importantes para o Brasil, em especial na América Latina. No final de 2014, teve início um novo ciclo de ajustes voltados à recuperação dos fundamentos da economia e promoção de um ambiente favorável ao crescimento nos próximos anos. O governo e a nova equipe econômica acreditam que a alta nas taxas de juros e medidas no campo fiscal

possam recobrar a inflação em trajetória compatível com as metas. No mercado de seguros, nosso principal mercado, dados preliminares da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) indicam que a receita com prêmios alcançou um volume total de R\$ 161,6 bilhões, um aumento de 16,6%. Se forem desconsiderados os prêmios dos planos da modalidade VGBL, o mercado de seguros teria atingido a cifra de R\$ 90,2 bilhões contra R\$ 82,9 bilhões em 2013, um crescimento de 8,8%. O segmento de automóveis representou a maior parcela da receita, com participação de 35,6% no total de prêmios emitidos em 2014. Já no mercado de saúde suplementar, segundo dados disponibilizados pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) para os nove primeiros meses de 2014, a receita total era de R\$ 94,6 bilhões para o período em questão, o que representava um crescimento de 16,2% ante o mesmo período de 2013.

2. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2014	2013	Var.
Resultado	2014	2013	
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	44,9	32,2	39,5%
Eventos indenizáveis líquidos	(21,9)	(14,6)	50,2%
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	23,0	17,6	30,7%
Resultado bruto	21,2	16,5	28,9%
Resultado financeiro líquido	3,2	1,3	139,9%
Resultado antes dos impostos e participações	13,6	10,9	24,5%
Resultado líquido	8,7	7,1	21,4%

3. Comentário sobre o desempenho:

No ano de 2014, a receita das contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde foi de R\$ 44,9 milhões, 39,5% acima do apresentado em 2013. Os eventos indenizáveis líquidos totalizaram uma despesa de R\$ 21,9 milhões, 50,2% acima do apresentado no ano anterior. O resultado das operações com planos de assistência à saúde foi de R\$ 23,0 milhões, crescimento de 30,7% no ano. O resultado líquido da Companhia foi de R\$ 8,7 milhões em 2014.

4. Distribuição do resultado:

(R\$ milhões)	Descrição	2014	2013
Lucro antes dos impostos e participações		13,6	10,9
(-) Impostos e contribuições		(4,3)	(3,5)
(-) Participações		(0,6)	(0,3)
Lucro líquido do exercício		8,7	7,1
(-) Constituição da reserva legal (5%)		(0,4)	(0,4)
Lucro líquido ajustado		8,3	6,7
Dividendos obrigatórios		2,1	1,7
(-) Dividendos antecipados a serem considerados nos dividendos obrigatórios		2,1	–
Total dos dividendos obrigatórios		–	1,7
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos		–	1,7

5. Investimentos: A Sul América Odontológico S.A. não possui investimentos diretos ou indiretos em sociedades coligadas e controladas.

6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento": A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **7. Acordo de acionistas:** A Sul América Odontológico S.A. não é parte de nenhum acordo de acionistas.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.

A ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas	2014	2013	Notas	2014	2013
Ativo			Passeivo		
Circulante	– 33.978 27.306	–	Circulante	– 15.609 12.901	–
Disponível	634	531	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	9 8.213 4.019	
Realizável	33.344 26.775		Provisões de contraprestações	– 826 422	
Aplicações financeiras	26.943 20.415		Provisão de contraprestação não ganha	– 826 422	
Aplicações vinculadas a provisões técnicas	7.334 3.812		Provisão de eventuais a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	– 2.876 387	
Aplicações não vinculadas	19.609 16.603		Provisão de eventos ocorridos e não avocados	– 4.511 3.210	
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6 1.997 3.061	–	Débitos de operações de assistência à saúde	– 2.575 1.543	–
Contraprestação pecuniária a receber	1.997 3.066		Comercialização sobre operações	– 423 484	
Despesas diferidas	1.865 934		Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	– 2.152 1.059	
Créditos tributários e previdenciários	7.256 2.028		Provisão para IR e CSLL	– 513 1.222	
Bens e títulos a receber	283	327	Provisões para ações judiciais	– 12.3 9 15	
Despesas antecipadas	–	5	Débitos a encargos sociais a recolher	– 1.291 1.555	
Não circulante	– 32.625 31.823	–	Débitos diversos	– 3.017 4.562	
Realizável a longo prazo	2.263 1.460		Não circulante	– 282 177	–
Créditos tributários e previdenciários	7.1 3	–	Provisões	– 167 177	
Títulos e créditos a receber	–	24	Provisão para ações judiciais	– 13.2 167 177	
Despesas de comercialização diferidas	967 484		Tributos e encargos sociais a recolher	– 115 –	
Ativo fiscal diferido	7.2 1.170 825		Tributos e contribuições	– 115 –	
Depósitos judiciais e fiscais	13 119 104		Patrimônio líquido	– 50.712 46.051	–
Outros créditos a receber a longo prazo	– 4 23		Capital social	14 40.251 40.251	
Imobilizado	– 60 60	–	Reservas	– 10.461 5.800	–
Imobilizado de uso próprio	60 60		Reservas de lucros	– 10.461 5.800	
Não hospitalares / Odontológicos	– 60 60		Total do passivo	– 66.603 59.129	–
Intangível	8 30.302 30.303	–			
Total do ativo	66.603 59.129	–			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
35.251	24	336	360	–	35.611
Saldos em 01/01/2013					
Aumento de capital conforme AGOE de 28/03/2013	5.000				5.000
Resultado líquido do exercício				7.134	7.134
Proposta para destinação do lucro:					
Reserva legal	357	–	357	(357)	–
Reserva estatutária	–	5.083	5.083	(5.083)	–
Dividendos obrigatórios - R\$0,0414 por ação	–	–	–	(1.694)	(1.694)
Saldos em 31/12/2013	40.251	381	5.419	5.800	46.051
Dividendos complementares conforme RCA de 30/10/2014 - R\$0,0475 por ação	–	–	(1.943)	(1.943)	–
Resultado líquido do exercício				8.661	8.661
Reserva legal	433	–	433	(433)	–
Reserva estatutária	–	6.171	6.171	(6.171)	–
Dividendos antecipados - R\$0,0503 por ação	–	–	–	(2.057)	(2.057)
Saldos em 31/12/2014	40.251	814	9.647	10.461	50.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA ODONTOLÓGICO S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14/05/2010, domiciliada no Brasil, com sede na capital do estado de São Paulo. A Companhia foi adquirida em 02/08/2010 pela Sul América Companhia de Seguro Saúde, controladora indireta da Sul América S.A., tendo como objeto social principal a operação de planos privados de assistência à saúde odontológica, conforme autorização concedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 24/01/2011. A Sul América S.A. é controlada pela Subsaçap Participações S.A., com 50,90% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,69% de participação total. Nelas demonstrações financeiras, denominamos de "SulAmérica" o conjunto de empresas controladoras da Sul América S.A., o qual a Companhia faz parte. 2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 344 emitida em 20/12/2013. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção do seguinte item reconhecido nos balanços patrimoniais pelo valor justo - Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5). 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 24/02/2015. 2.4. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção do seguinte item reconhecido nos balanços patrimoniais pelo valor justo - Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2014	2013
Resultado líquido	8.661
Outros componentes do resultado abrangente	–
Resultado abrangente do exercício	8.661
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais)	
2014	2013
Resultado líquido	8.661
Outros componentes do resultado abrangente	–
Resultado abrangente do exercício	8.661
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais)	
2014	2013
Resultado líquido	8.661
Outros componentes do resultado abrangente	–
Resultado abrangente do exercício	8.661
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais)	
2014	2013
Atividades operacionais	
Recebimento de planos de saúde	47.338 32.164
Receita de aplicações financeiras	43.214 19.925
Recebimento de juros de aplicações financeiras	2.151 897
Outros recebimentos operacionais	95 201
Pagamento a fornecedores / prestadores de serviço de saúde	(15.756) (10.290)
Pagamento de comissões (cíveis/trabalhistas/tritubritárias)	(4.813) (3.374)
Pagamento de aluguel	(14) (19)
Pagamento de promoção/publicidade	(4.929) (4.315)
Pagamentos de serviços de terceiros	(893) (999)
Pagamento de tributos	(9.999) (5.828)
Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tritubritárias)	(3)
Pagamento de aluguel	(14) (19)
Pagamento de promoção/publicidade	(118) (65)
Aplicações financeiras	(49.301) (33.630)
Outros pagamentos operacionais	(1.126) (449)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	5.831 (5.785)
Atividades de investimento	
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - Outros	(34) (26)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(34) (26)
Atividades de financiamento	
Integralização de capital em dinheiro	– 5.000
Participação nos resultados/dividendos	(5.694) (103)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	(5.694) 4.897
Variação líquida do caixa	103 (914)
Caixa - Saldo inicial	531 1.445
Caixa - Saldo final	634 531
Ativos livres no início do exercício	17.349 5.249
Ativos livres no final do exercício	20.190 17.349
Aumento nas aplicações financeiras-Recursos livres	2.841 12.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

continuação

Sul América Odontológico S.A. | CNPJ 11.973.134/0001-05

Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada.

3.2.2. Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.3. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado.

3.4. Redução ao valor recuperável: • Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado pelo valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, estimados de maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, entre outros. • **Ativos não financeiros:** Os saldos dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual excede o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 3 anos. Para efeitos de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estes relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.6. Provisões técnicas de contratos de seguros: As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir.

3.6.1. Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos (PPCGN): A PPCGN é constituída pelo método pro rata die, tendo como base a divisão dos prêmios e contribuições pelo número de dias de cobertura total, multiplicados pelo número de dias da cobertura do risco a decorrer.

3.6.2. Provisão de eventos a liquidar: A Provisão de eventos a liquidar é constituída considerando a data da apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestandores.

3.6.3. Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA): A PEONA é constituida aplicando-se um percentual de 9,5% sobre as contraprestações odontológicas dos últimos doze meses anteriores ao cálculo, conforme previsto na Resolução Normativa nº 243/2010, para fazer frente aos pagamentos dos eventos que já tenham ocorrido e não tenham sido avisados.

3.7. Provisões para ações judiciais:

- 3.7.1. Civis e trabalhistas:** Os processos judiciais civis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionadamente à avaliação individual do grau de risco (provável, possível ou remota), os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. As regras de provisão acima também se aplicam aos processos judiciais trabalhistas, cujo autor é ex-empregado ou ex-prestador de serviços da Companhia. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo ICPs e juros de 9,36% ao ano nos processos civis e pela TR e juros de 9,36% ao ano nos processos trabalhistas. As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil não relacionadas as indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante, nas rubricas "Provisões para ações judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais civis e trabalhistas, e taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente.
- 3.7.2. Fiscais:** As provisões para ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer ate o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado e são reconhecidas nas demonstrações financeiras, na rubrica "Provisões para ações judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou constitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de exito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais são contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente.
- 3.8. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais.
- 3.9. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas as demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a eventos, ao prazo de deferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais ao valor do desembolso provável refletidas nas provisões para ações judiciais e a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo através do resultado (nota 5); • Movimentação de créditos tributários (nota 7.2); • Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota 9); e • Provisões para ações judiciais (nota 13).
- 3.10. Normas emitidas e revisadas:** (a) Normas

internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); Alterações e novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente; No exercício corrente, a Companhia aplicou diversas emendas e novas interpretações às normas IFRS e aos CPC emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, inclusive. A Companhia avaliou as revisões e alterações de normas a seguir e verificou que não há impacto em suas demonstrações financeiras. • **IAS 36/CPIC/01(R1) - Redução no valor recuperável de ativo (Impairment of assets) (alteração):** A versão revisada da norma traz alterações em divulgação, adaptando-a aos requirements do IFRS 13 / CPC 46 - Mensuração ao valor justo e requerendo a divulgação do valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) quando mensurados ao valor justo menos o custo de alienação. A atual versão da norma retira a obrigação de divulgação do montante recuperável de uma UGC para a qual o ogito de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido abolido quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão da redução ao valor recuperável relacionado à unidade geradora de caixa. • **IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração (Financial Instruments: Recognition and measurement) (alteração):** A alteração na norma fará sobre o hedge accounting e que não há a necessidade de descontinuar-o no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições. A Companhia não tem hedge accounting em suas demonstrações financeiras. • **IAS 32/CPIC39 - Instrumentos financeiros: Apresentação (Financial Instruments: Presentation) (alteração):** A alteração na norma traz esclarecimentos sobre os requirementes relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros e o direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido e realizar o ativo e liquidar passivo simultaneamente. Em relação à nova interpretação, a seguir:

• IFRIC 21 – Taxas governamentais (Levies) (nova interpretação): A Companhia aplicou o IFRIC 21 pela primeira vez no exercício atual. Esta norma endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo. A aplicação dessa interpretação pela Companhia não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. Alterações e novas interpretações revisadas já emitidas e ainda não adotadas: • **IFRS 9 - Instrumentos financeiros (novo pronunciamento):** Introduz novos requirementes de classificação e mensuração de ativos financeiros. O IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia ainda está avaliando os impactos da nova norma em suas demonstrações financeiras e os possíveis efeitos na política de investimentos e no gerenciamento de ativos e passivos (ALM). • **IFRS 15 – Receta de contratos com clientes:** A nova norma introduz a obrigatoriedade de reconhecer a receita quando representar a transferência ou promessa de bens ou serviços para clientes que se底下 considera que o montante esperado seja capaz de ser trocado por aqueles bons e serviços e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017 (inclusivo), porém não é aplicável a contratos de seguros portanto, não é relevante para a Companhia. (b) **Receita Federal do Brasil (RFB):** Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/2014 que trouxe alterações na legislação tributária federal e tem por objetivo harmonizar as regras que regem os tributos federais com os novos critérios e procedimentos contábeis implantados pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 (normas contábeis internacionais - IFRS), extinguindo o Regime Tributário de Transição (RTT). A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015 com a opção de adoção antecipada já a partir de 1º de janeiro de 2014. A Companhia avalia a norma e seus impactos, e conduziu que não há efeitos relevantes e que não irá adotar a norma antecipadamente e sim a partir de 1º de janeiro de 2015 (inclusivo).

4. Gestão de riscos: A SulAmérica investe no desenvolvimento contínuo de seu protocolos de gestão dos riscos resultantes de seus contratos e processos inspirada nas melhores práticas internacionais. O gerenciamento dos riscos corporativos é realizado de forma integrada entre as linhas de defesa da organização que compreende as unidades de negócios, as áreas corporativas de gestão de riscos, Compliance e controles internos, a estrutura de comissão permanente e Comitê Colegiado de gestão de riscos e o suporte da área de auditoria interna. A estrutura desenvolvida permitiu a SulAmérica implementar um processo contínuo e evolutivo, estabelecido pelo Conselho de Administração, supervisionado pelo Comitê de Auditoria e executado pelo corpo executivo em processos integrados de identificação dos riscos, quantificação, reporte, monitoramento e planos de ação de resposta as ameaças que estejam em desacordo com o apetite a riscos estabelecido na SulAmérica. Con a finalidade de suportar o alcance dos objetivos estabelecidos, o processo de gestão de riscos comprende todos os riscos corporativos, incluindo, mas não limitado a: riscos de concentração nas operações, subscrição, mercado, liquidez, crédito e operacional.

4.1. Riscos de concentração das operações: A Companhia possui operações em todo o território nacional. As linhas de produtos estão concentradas no estado do Amazonas. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios de seguro por unidade da federação.

Representatividade	Representatividade	
UF	2014	2013
AM	26,4%	46,9%
SP	32,0%	19,2%
PE	8,6%	9,3%
RJ	13,7%	9,1%
SE	8,3%	6,7%
MG	2,7%	2,4%
Outros	8,3%	6,4%
Total	100%	100%

4.2. Riscos de subscrição: A emissão de apólices e contratos renáveis com segurados e clientes depende do correto dimensionamento dos preços dos produtos bem como da constituição de provisões suficientes para pagamento dos eventuais indenizáveis. A SulAmérica possui modelos atuariais específicos de precipitação para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada perfil de cliente frente aos compromissos contratuais estabelecidos e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. O processo de provisão é coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias internacionalmente consagradas e adaptadas para as características de cada um dos produtos e comportamento dos clientes. Adicionalmente, a SulAmérica conta com ações específicas para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seguros segundo processos de eficiência de custos, auditorias preventivas pre-pagamentos, otimização de rede de prestadores de serviços e programas de saúde ativa, dentre outros. Caso os custos com sinistros ou despesas apuradas estejam acima dos valores estimados, os resultados da Companhia poderão ser diferentes dos esperados. As tabelas a seguir apresentam análise da sensibilidade no resultado e patrimônio líquido.

Resultado	Resultado	
Antes dos	Após	
Premissas	Impostos	Impostos
Aumento de 1% na sinistralidade	(471)	(283)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(7)	(4)
Aumento de 1% nos custos de comercialização	(34)	(20)

Resultado	Resultado	
Antes dos	Após	
Premissas	Impostos	Impostos
Aumento de 1% na sinistralidade	(306)	(184)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(48)	(29)
Aumento de 1% nos custos de comercialização	(22)	(13)

A gestão das provisões técnicas constituiu para pagamento dos eventuais indenizáveis é um processo contínuo, executado pela área atuarial corporativa que desempenha testes de consistências e recálculos periódicos a fim de avaliar a precisão das metodologias empregadas.

4.3. Risco de mercado: Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos financeiros ou de seguros, inclui o risco de oscilação nos investimentos devido a flutuações de taxa de juros, preço de ações, oscilações de câmbio ou variações nos passivos de seguros decorrentes de mudanças nas variáveis macroeconômicas como, por exemplo, a inflação. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo comitê de Investimentos da SulAmérica. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de gerenciamento de ativos e passivos, ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas da tempestividade de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. Diariamente, e de acordo com a política de investimentos, é aprovado o VaR (Value at Risk) e realizado testes de stress na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os cálculos do VaR não apresentaram resultados significativos devido a baixa volatilidade dos ativos (referenciados ao CDI). Em decorrência dos riscos analisados no processo de ALM, seus investimentos, no valor de R\$26,943 em 31/12/2014 (R\$20,415 em 2013) estão indexados 100% em Selic/CDI.

4.4. Risco de liquidez: A política de investimentos da SulAmérica prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros. A Companhia realiza projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possibilitando controle diário sobre o risco de liquidez da Companhia. As tabelas a seguir apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2014 e 2013.

Descrição	Até 02 anos	Valor de vencimento	Valor de mercado / contábil
Aplicações financeiras	26.943	26.943	26.943
Passivos de seguro	8.213	8.213	8.213

Descrição	Até 02 anos	Valor de vencimento	Valor de mercado / contábil
Aplicações financeiras	20.415	20.415	20.415
Passivos de seguro	4.019	4.019	4.019

Descrição	Até 02 anos	Valor de vencimento	Valor de mercado / contábil
Aplicações financeiras	9.496	9.496	6.757
Passivos de seguro	5.167	5.167	3.614

Descrição	Até 02 anos	Valor de vencimento	Valor de mercado / contábil
Aplicações financeiras	20.415	20.415	20.415
Passivos de seguro	4.019	4.019	4.019

Descrição	2014	2013
Patrimônio líquido	50.712	46.051
Deduções	(2.832)	(1.418)
Despesas de comercialização diferidas	–	(5)
Intangível	(30.302)	(30.303)
Patrimônio mínimo ajustado	17.578	14.325
0,20 dos prêmios retidos - Média anual	9.496	6.757
do 12 últimos meses	5.167	3.614
0,33 dos sinistros retidos - Média anual	3.894	2.568
dos 36 últimos meses	3.894	2.568
Solvência (a)	13.684	11.757
Suficiência	13.684	11.757

(a) A Companhia considera o diferimento da margem de solvência, calculado com base na Resolução Normativa nº 313/2012-5. Aplicações financeiras: 5.1. Composição das aplicações financeiras: Em 31/12/2014 e 2013 os saldos avaliados pela curva e a valor de mercado das aplicações financeiras estão representados pelas colas de fundos de investimentos não exclusivos e montante R\$26,943 e R\$20,415, respectivamente. 5.2. Movimentação das aplicações financeiras:	Valor justo por meio do resultado
Saldo em 01/01/2013	6.400
Aplicações	33.630
Rendimento resgate	(697)
Principal resgate	(19.925)
Resultado financeiro	1.207
Saldo em 31/12/2013	20.415
Valor justo por meio do resultado	20.415
Saldo em 31/12/2013	20.415
Aplicações	49.301
Rendimento resgate	(2.151)
Principal resgate	(43.214)
Resultado financeiro	2.592
Saldo em 31/12/2014	26.943

5.3. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento não exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBovespa. Em 2014 e 2013 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis da hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) Nível 2: Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) Nível 3: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis). Modelos baseados em metodologias próprias, para o ativo ou passivo. Nível 2: Cotas de fundos de investimentos. Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

continua

continuação

Sul América Odontológico S.A. | CNPJ 11.973.134/0001-05

Descrição	2014	2013
Nível 2	Nível 2	
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado	26.943	20.415
Total	26.943	20.415
6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde: 6.1.		
Contraprestação pecuniária:		
Redução ao valor recuperável		
Contraprestação recuperável	Total	
Saldo em 01/01/2013	2.174	(781)
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/constituição	34.631	(2.028)
Recebimentos / reversão	(31.861)	931
Saldo em 31/12/2013	4.944	(1.878)
Circulante	3.066	

Descrição	2014	2013
Nível 2	Nível 2	
Saldo em 31/12/2013	4.944	(1.878)
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/constituição	47.482	(4.738)
Recebimentos / reversão	(47.992)	4.179
Saldo em 31/12/2014	4.434	(2.437)
Circulante	1.997	

Descrição	2014	2013
Nível 2	Nível 2	
A Vencer		
A vencer entre 01 e 30 dias	615	2.174
A vencer entre 31 e 60 dias	57	–
A vencer entre 61 e 180 dias	152	–
Total a vencer	824	2.174
Vencidos		
Vencidos entre 01 e 30 dias	817	1.261
Vencidos entre 31 e 60 dias	430	240
Vencidos entre 61 e 180 dias	1.962	506
Vencidos entre 181 e 365 dias	251	575
Vencidos acima de 365 dias	150	188
Total	3.610	2.770
Redução ao valor recuperável	(2.437)	(1.878)
Total vencidos	1.173	892
Total prêmios a receber	4.434	4.944
Redução ao valor recuperável	(2.437)	(1.878)
Total	1.997	3.066

A redução ao valor recuperável é constituída com base nos prêmios vencidos e a vencer, sendo que a totalidade das parcelas é provisionada quando os contratos possuem pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias. 7. Créditos tributários e previdenciários: Os créditos tributários e previdenciários são compostos por:

Descrição	2014	2013
Nível 2	Nível 2	
Impostos a compensar/ recuperar (nota 7.1)	2.259	2.028
Ativo fiscal diferido (nota 7.2)	1.170	825
Total	3.429	2.853
Circulante	2.256	2.028
Não circulante	1.173	825

Descrição	Saldo em 01/01/2013	Pagamento/ Adição	Saldo em baixa 31/12/2013
Nível 2	Nível 2		
Imposto de Renda			
Pessoa Jurídica – IRPJ	225	233	(98)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	17	–	–
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	841	810	–
Outros	20	–	(20)
Total	1.103	1.043	(118)
Circulante			2.028

Descrição	Saldo em 31/12/2013	Atualiza-ção monetária	Paga-mento/ Saldo em baixa 31/12/2014
Nível 2	Nível 2		
Imposto de Renda			
Pessoa Jurídica – IRPJ	360	624	3 (233)
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	17	–	–
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	1.651	85	– (248)
Total	2.028	709	3 (481)
Circulante			2.256
Não circulante			3

Descrição	Saldo em 01/01/2013	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2013
Nível 2	Nível 2			
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	60	–	(42)	18
Redução ao valor recuperável de créditos	407	371	–	778
Participações nos lucros	22	20	(13)	29
Total dos créditos tributários	489	391	(55)	1.170

Descrição	Saldo em 31/12/2013	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2014
Nível 2	Nível 2			
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	18	–	(5)	13
Redução ao valor recuperável de créditos	778	833	(487)	1.124
Participações nos lucros	29	33	(29)	33
Total dos créditos tributários	825	866	(521)	1.170

Os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias. 8. Intangível: O ágio registrado no intangível, que em 31/12/2014 e 2013 era de R\$30,301, refere-se a compra da Dental Plan Ltda, pela Sul América Companhia de Seguro Saúde em 3/12/2010, por R\$31.057 (cor R\$30,300 de agio), aprovada pela ANS em 18/04/2011. Em seguida, a Sul América Companhia de Seguro Saúde aumentou capital na Companhia com

a transferência do investimento na Dental Plan Ltda, e o aumento de capital foi aprovado pela ANS em 11/09/2012. Por final, a Companhia incorporou a Dental Plan Ltda, e o ágio foi transferido para o intangível. O ágio oriundo da aquisição da Dental Plan Ltda, decorre de expectativa de rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor recuperável do ágio foi calculado pelo valor em uso, obtido por meio de modelo de fluxo de caixa projetado do negócio pelo prazo de 9 anos, que é o prazo levado em consideração na análise de compra para se ter o retorno esperado, tomando como base as demonstrações financeiras de 2014 e 2013, respectivamente, e descontada a taxa interna de retorno da SulAmérica. As projeções do fluxo de caixa foram realizadas utilizando premissas próprias, de mercado, desempenho histórico e expectativas econômicas futuras, sendo as principais premissas, a taxa interna de retorno calculada pela SulAmérica e a taxa de crescimento na perpetuidade de 5%. Nessa avaliação, não foram identificadas perdas por redução ao valor recuperável, uma vez que o valor em uso é superior ao valor contábil do ágio. O valor total do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura poderá ser dedutível para fins fiscais de acordo com a legislação vigente. Além do ágio, em 2014 a Companhia registrou R\$2 de software, nesta rubrica.

9. Movimentação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde:

Descrição	2014	2013
Provisão para prêmios ou contribuições não ganhos	422	3.597
Emissões	47.482	–
Prêmios ganhos	(47.078)	–
Avisados / alterações	–	18.054
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	–	(15.565)
Variação do IBNR / IBNC	–	1.301
Saldo em 31/12/2014	826	7.387
Circulante	8.213	

10. Tributos e contribuições a recolher:

Descrição	2014	2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	110	53
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	642	445
Contribuições PIS e COFINS	155	211
ISS	330	821
Outros	169	25
Total	1.406	1.555
Circulante	1.291	1.555
Não Circulante	115	–

(a) A Companhia antecipou dividendos referentes ao exercício de 2014 para a controladora Sul América Companhia de Seguro Saúde; (b) Esta Linha é composta basicamente por provisão para férias e participações sobre o resultado.

12. Partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Ativo	Passivo	Receita	Despesa
2014	2013	2014	2013
Descrição			
Controladora	Sul América Companhia Nacional de Seguros	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Sul América Companhia de Seguro Saúde
(a) (e)	–	–	–
Sul América Seguros e Previdência S.A. (a) (c) (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Sul América Companhia de Seguro Saúde
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a)	Controlladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	Sul América Companhia de Seguro Saúde
Sul América Serviços de Saúde S.A. (b)	Ligada	–	–
Total	15	55	–
Total	15	55	–

(a) O Conselho de Administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: para capitalizar; ou para distribuição de dividendos aos acionistas.

14.4. Política de distribuição de dividendos: Dividendos obrigatórios:

O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor.

14.5. Distribuição do resultado:

Descrição	2014	2013
Lucro antes dos impostos e participações	13.579	10.907
(–) Impostos e contribuições	(4.342)	(3.476)
(–) Participações	(576)	(297)
Lucro líquido do exercício	8.661	7.134
(–) Constituição da reserva legal (5%)	(433)	(357)
Lucro líquido ajustado	8.228	6.777
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	2.057	1.694
(–) Dividendos antecipados a serem considerados nos dividendos obrigatórios	2.057	–
Total	–	–

(a) Dividendos antecipados a serem considerados nos dividendos obrigatórios

Destinaria:	Constituição de reserva estatutária
Expansão de negócios (71,25% do lucro líquido do exercício)	6.171
Total	6.171

15. Detalhamento das contas de resultado: 15.1. Contraprestações líquidas:

Descrição	2014	2013
Plano coletivo com patrocinador	47.302	33.598
Plano coletivo adesão	90	18
Outros	90	170
Total	47.482	33.786

15.2. Eventos conhecidos ou avisados:

Descrição	Após a lei (a)
Outros	(18.466)
Total	(18.466)

Descrição	Após a lei (a)
Outros	(12.211)
Total	(12.211)

(a) Refere-se aos planos de saúde operados antes e após a lei 9.656/1998.

15.3. Despesas de comercialização:

Descrição	2014	2013

<tbl_r cells="3" ix="4

continuação

Sul América Odontológico S.A. | CNPJ 11.973.134/0001-05

15.6. Reconciliação de imposto de renda e contribuição social:
O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2014		2013	
	Imposto Contr- de buição renda social	Imposto Contr- de buição renda social	Imposto Contr- de buição renda social	Imposto Contr- de buição renda social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	13.579	13.579	10.907	10.907
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(3.395)	(1.222)	(2.727)	(982)
Correntes:				
Provisão para redução ao valor recuperável de devedores duvidosos	(255)	(92)	(274)	(99)
Despesas não dedutíveis	(170)	(61)	(35)	(12)
Subtotal	(425)	(153)	(309)	(111)
Exclusões:				
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	4	1	31	11
Encargos sobre participações nos lucros	141	51	69	25
Outras	24	–	24	–
Subtotal	169	52	124	36

Descrição	2014		2013	
	Imposto Contr- de buição renda social	Imposto Contr- de buição renda social	Imposto Contr- de buição renda social	Imposto Contr- de buição renda social
Redução de incentivos fiscais	287	–	157	–
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(3.364)	(1.323)	(2.755)	(1.057)
Diferidos:				
Constituição – Crédito tributário sobre diferenças temporárias	254	91	247	89
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	254	91	247	89
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(3.110)	(1.232)	(2.508)	(968)
Aliquota efetiva	23%	9%	23%	9%
Aliquota efetiva combinada	32%	32%		
16. Conciliação entre resultado líquido e caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais:				
Resultado líquido	2014	2013		
Mais	8.661	7.134		
Depreciações e amortizações	8	8		
Juros e variações monetárias de provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	8	23		
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	8	23		

Conselho de Administração: Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragot Lucas. **Conselheiros:** Gabriel Portella Fagundes Filho e Carlos Infante Santos de Castro. **Diretoria:** **Diretor-presidente** - Gabriel Portella Fagundes Filho; **Vice-presidentes** - Marco Antonio Antunes da Silva e Mauricio da Silva Lopes . **Diretores:** Arthur Farme d'Almeida Neto; Cesar Tadeu Alonso Dominguez; Enio Fukai; Erika Fuga Rossi Teixeira; Laenio Pereira dos Santos; Leila Ribeiro de Azevedo e Gregorio; Manoel Roberto Gottsfriz Cardoso; Tereza Veloso. **Contador:** Mauro Reis d'Almeida - CRC RJ 066.620/O-7. **Atuário:** Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - MIBA/MTPS/963.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Sul América Odontológico S.A., São Paulo – SP. Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Odontológico S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das variações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e diligências apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor,

KPMG Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O

Carlos Eduardo Munhoz
Contador CRC 1SP138600/O-7

ORIENTAÇÕES PARA ENVIO DAS PUBLICAÇÕES NO CADERNO EMPRESARIAL

As publicações encaminhadas ao Caderno Empresarial necessitam de alguns cuidados técnicos. Veja abaixo algumas dicas para minimizar possíveis erros e garantir a qualidade e fidelidade de sua publicação.

ARQUIVOS NO FORMATO TXT

No arquivo TXT, enviar somente o texto a ser publicado, deixando de lado endereços, solicitações, autorizações, ou qualquer informação que não deva ser publicada.

Os títulos das matérias enviadas em TXT devem ter as Tags ((NG)) e ((CL)). Para destacar o título do arquivo, insira a tag ((NG)). Ao final do texto em destaque, insira a tag ((CL)). Veja o exemplo.

Comandos: Linha de texto com ((TITULO))comandos de formatação((CL)) automática
Resultado: Linha de texto com COMANDOS DE FORMATAÇÃO automática

As tabelas dentro do arquivo TXT devem estar identificadas pela tag ((TABELA)). Seu conteúdo deve estar em texto separado por tabulação.

IMPORTANTE: Os arquivos enviados fora do padrão acima não serão publicados.

www.imprensaoficial.com.br

SAC 0800 01234 01

Imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO